



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA
Departamento de Apoio ao Conselho Nacional do Meio Ambiente – DCONAMA
Esplanada dos Ministérios, Bloco B, 8º andar, sala 842 – CEP: 70.068-901
Tel. (61) 2028.2207/2102 - conama@mma.gov.br

Sumário Executivo
120ª Reunião Ordinária do CONAMA
Data: 11 de novembro de 2015
Horário: 9h às 18h
**Local: Auditório nº 1, Edifício Sede do Ibama, Setor de Clubes Esportivos Norte -
Trecho 2, Brasília/DF**

1. Abertura da reunião pela Ministra do Meio Ambiente

1.1. Informação do quórum

A Ministra do Meio Ambiente iniciou sua fala ressaltando a importância da pauta em debate na Plenária: a proposta de resolução que revoga a Res. CONAMA nº 269/2000, sobre acidentes com derramamento de petróleo, para regulamentar o uso de dispersantes químicos e a revisão da Res. CONAMA nº 411/2009, sobre inspeção de indústrias madeireiras.

Com relação à COP 21, em Paris, reiterou que as Contribuições Nacionalmente Pretendidas - Intended Nationally Determined Contributions – INDCs¹ protocoladas pelo Brasil na ONU baseiam-se em redução de emissões em todos os setores de 43% até 2030, considerando o ano base de 2005. Relacionou a questão das mudanças climáticas com a economia, de modo que as pessoas precisam modificar a visão em relação ao meio ambiente, passando a vê-lo como ponto estratégico.

O Brasil está assumindo compromissos pós 2020, sendo que até aquele ano, o país conta com a Política Nacional de Mudança do Clima. Quanto à obrigação de acabar com o desmatamento ilegal, lembrou que uma das condições para que seja assegurado seu fim é o fornecimento das informações sobre supressão de vegetação pelos Estados. Nesse ponto, a Ministra anunciou novo esforço na direção de coletar esses dados junto aos Estados. Para assegurar transparência, o Governo Brasileiro terá até 2020 o monitoramento para os biomas, bem como a taxa de restauração florestal, para medir as ações em termos de carbono. Os dois sistemas, de monitoramento dos biomas e de restauração, serão viabilizados pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE).

Destacou que será preciso rever o modelo de governança sobre mudança do clima no Brasil. A agricultura de baixo carbono precisará entrar no CAR, sofisticando os dados. O setor de silvicultura entrará em novo patamar. A Ministra lembrou que o Código Florestal não dispõe apenas sobre restauração florestal, mas também sobre restauração de vegetação nativa que não é florestal. Como são os Estados os responsáveis pelos programas de recuperação ambiental, o MMA está contando com a colaboração da ABEMA.

1

http://www.itamaraty.gov.br/images/ed_desenvsust/BRASIL-INDC-portugues.pdf

A Ministra, então, afirmou a importância do aprimoramento da legislação ambiental e dos seus instrumentos, especialmente de gestão pública.

Nesse contexto, forneceu relato sobre a situação em Minas Gerais, em razão do rompimento das barragens da mineradora Samarco no município de Mariana. O MMA colocou à disposição do estado o aparato federal para auxiliar nas ações e informou que os órgãos federais trabalham de maneira coordenada com a Defesa Civil, os Estados e Municípios, estando todos sob o comando do Secretário de Defesa Nacional. Há também especialistas da ANA e do IBAMA, que se deslocaram para ajudar o Instituto Mineiro de Gestão de Águas (IGAM). Sendo que, pela Lei de Segurança de Barragens², a responsabilidade pela segurança de barragens de rejeito de mineração é do Departamento Nacional de Produção Mineral³ (DNPM).

Na área do acidente, há três barragens: Germano, Santarém e Fundão - as barragens Santarém e Germano estão avariadas. Com o rompimento de Fundão, a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) foi informada do avanço da lama por conta das quatro barragens ao longo do Rio Doce, emitindo sinais de alerta nas demais hidrelétricas, para que a água e a lama passem sem prejudicar a geração de energia. O deslocamento do conteúdo da barragem provocou duas ondas, uma do deslocamento de água, outra da própria lama.

A Ministra informou sobre reunião de avaliação a ser feita com os presidentes da ANA e do IBAMA, antes de ser realizada uma avaliação ambiental, prevista para a semana seguinte. A partir dessa conversa, o MMA espera ter uma avaliação para embasar reunião com os Governadores de Minas Gerais e Espírito Santo para tratar de três aspectos: remediação, gestão e a prevenção. A Ministra lembrou que é preciso refletir sobre o licenciamento, pois, nesse caso da barragem da Samarco, houve um impacto interestadual, apesar do licenciamento dessa atividade mineradora ser de competência estadual.

Do ponto de vista da ação imediata, o foco tem sido assegurar a vida das pessoas. Do ponto de vista ambiental, duas ações foram adotadas: uma especialmente voltada para o abastecimento de água à jusante da barragem e as operações de resgate de fauna. Foi realizado levantamento de todos os municípios a serem impactados para avaliar os problemas de captação de água daqueles dependentes do Rio Doce. Agravando a situação, em virtude da seca, a vazão do Rio está muito baixa. A pedido da Defesa Civil federal e estadual estão sendo feitas análises para definir as medidas de contingência, pois terá que haver alternativas de captação de água. A onda foi ficando mais lenta, mas ainda há duas hidrelétricas no caminho, de modo que, no momento, o objetivo é mitigar os impactos para assegurar abastecimento e condições de vida daqueles que dependem do Rio Doce.

Lembrou que, após a fase de ajuda à população, ainda há a punição da empresa pelos danos. Mas já se considera não mais um desastre, mas uma catástrofe. Será preciso, para o futuro, realizar um trabalho de avaliar a suficiência ou não dos instrumentos legais disponíveis para fazer frente à contingência, prevenção, mitigação. A Ministra solicitou aos Governadores de MG e ES avaliação de todos os aspectos, inclusive sobre suficiência dos instrumentos de licenciamento. Lembrou ainda que o Código de Mineração está sendo discutido pelo Congresso Nacional. Pontuou que é preciso trabalhar para que essa catástrofe não volte a acontecer. Todos os acidentes que já aconteceram em MG até hoje não chegam à magnitude do que aconteceu essa vez. Por isso, os especialistas das instituições estão trabalhando para

2 http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/L12334.htm

3 <http://www.dnpm.gov.br/assuntos/barragens/legislacao-barragens>

auxiliar na análise e na mitigação dos danos. Informou que irá à Minas Gerais assim que a Defesa Civil liberar o acesso.

Aproveitou para reforçar a importância de se fazer cumprir as Resoluções do CONAMA e do CNRH e disse que haverá debate sobre segurança de barragens e licenciamento nesses dois Conselhos no intuito de aperfeiçoar as resoluções. Além das resoluções, fez menção a várias iniciativas que vêm sendo aprovadas no Congresso Nacional, relativas a competências do CONAMA. Nesse sentido, reiterou a necessidade de pautas atuais, dotando o país de normas mais efetivas. Disse que o CONAMA terá que discutir normas estratégicas, sendo que o MMA pautará alguns desses temas no ano de 2016, mas expressou vontade de que o Plenário do CONAMA também propusesse temas estratégicos.

Como último comentário, a Ministra fez menção aos Decretos Legislativos, informando que naquela semana estava sendo votada a revogação das Res. CONAMA 302 e 303/2002. Por essa razão, pontuou mais uma vez que o CONAMA precisa rever as suas resoluções e cumprir o seu papel de editar parâmetros de qualidade ambiental para os órgãos do país.

O Secretário Executivo, Francisco Gaetani solicitou um minuto de silêncio em respeito às vítimas do acidente ocorrido em Mariana – MG, com o rompimento da barragem de rejeitos de mineração no dia 5 de novembro do ano em curso.

O Secretário informou sobre a publicação de Relatório da OCDE⁴, o qual contém análise externa da política ambiental brasileira, destacando a importância da Organização como um dos maiores pensadores das políticas públicas globais. Acrescentou que está disponível em português somente uma versão resumida, sendo que, em breve, será traduzida a íntegra do relatório.

Quanto Conferência das Partes sobre Mudanças Climáticas em Paris, a COP 21, disse que há expectativa positiva para um acordo, apesar da existência de itens pendentes nas negociações e que, internamente, o país vem sendo cobrado para ser mais audacioso nas suas propostas para redução das emissões de gases de efeito estufa. Acentuou a complexidade da coordenação das ações referentes à mudança do clima, uma vez que envolve muitos Ministérios e impacta na agenda do desenvolvimento. O Brasil é considerado um país líder na negociação, cuja matriz energética tem grande participação das hidrelétricas, diferentemente do carvão na Europa. Citou, nesse contexto, o Cadastro Ambiental Rural (CAR) no âmbito do Código Florestal, que soma esforços à redução do desmatamento na Amazônia. Além do CAR, o intuito do país é promover uma agenda de restauração, desenvolvendo o mercado florestal e encontrando formas de capturar carbono. Fez menção especial ao fato de que determinados setores da economia são realmente fontes de emissões, mas essenciais à economia.

O Secretário Gaetani passou a palavra ao Sr. Adriano Santhiago, Diretor do Departamento de Mudanças Climáticas do MMA, para apresentação de informações mais detalhadas sobre a proposta e posição do País nas negociações.

O convidado falou sobre os compromissos e as expectativas do Brasil em relação à Conferência das Partes, COP 21, a ser realizada em Paris no final do ano. O país espera implementar a sua Contribuição (INDC) em 2016, visando o período pós-2020, tendo optado por uma modalidade de compromisso mais audacioso, equiparando-se às propostas dos países desenvolvidos. Mencionou que houve evolução em relação à meta voluntária de Copenhague e que agora, espera-se um compromisso vinculante. Elementos adicionais na INDC: trabalhar com bioenergia, mudança do uso da terra e energias renováveis. Informou que há previsão na

4

<http://www.oecd.org/environment/country-reviews/EPR-Brasil-AR-Portugues.pdf>

INDC de se colocar em prática o monitoramento dos demais biomas, além da Amazônia. Com relação ao desmatamento, o objetivo é acabar com o ilegal até 2030 e chegar em 2020 com, no máximo, 4.000 km² de desmatamento na Amazônia; sendo importante considerar, ao mesmo tempo, o desmatamento legal autorizado pelos Estados. Pretende-se compensar as emissões do desmatamento legal com reflorestamento e restauração, florestas comerciais e nativas, no território todo, em todos os biomas. Com relação à energia, o intuito é alcançar 40% de energia a partir de fontes renováveis, com destaque para o biocombustível. Reforçou, por fim, que as indicações das atividades para atingir a INDC não são exclusivas do Governo, mas sim contam com o apoio e a implementação pela Academia, ONGs e setor produtivo para alcançar o objetivo projetado para 2030.

2. Apresentação de novos Conselheiros

Foi lida a lista com os nomes dos novos Conselheiros do CONAMA.

3. Aprovação da transcrição *ipsis verbis* da [119ª Reunião Ordinária](#), de 12 de agosto de 2015

Transcrição aprovada.

4. Tribuna Livre (15 minutos):

Devido à catástrofe em Mariana – MG, a Tribuna Livre foi estendida.

Marcus Vinícius Polignano (Instituto Guaicuy): Em nome do movimento ambientalista do CONAMA e de mais de 100 entidades ambientalistas de Minas Gerais, falou da gravidade do pior acidente ambiental do Brasil, fazendo referência ao rompimento das barragens da Samarco em Mariana (MG). Afirmou que as imagens da televisão não fazem jus ao que foi a devastação, iniciando um relato sobre o fato: “Foi um acidente ambiental, mas também um acidente de trabalho, pois havia trabalhadores na base da barragem. Houve destruição de terras férteis, contaminação das águas dos rios, morte de pessoas. É um dano sistêmico, parte irreparável e permanente, como as vidas perdidas”. Falou da necessidade de se construir uma nova gestão ambiental.

Lisiane Becker (Mira-Serra): Com relação ao desastre ambiental em Minas Gerais, mencionou que há a possibilidade de comprometimento de mais de 3.000 km do litoral norte e 7.000 km do litoral sul do Espírito Santo, incluindo UCs e um dos mais importantes de criadouros marinhos. Citou que os problemas na Amazônia continuam, assim como na Mata Atlântica os problemas pioraram. Solicitou a disponibilização do documento da Rede Mata Atlântica, que foi enviado ao Poder Público Estadual do Paraná e ao Ministério Público Estadual expondo um cenário muito ruim da Mata Atlântica.

Saint Clair Honorato Santos (Ministério Público Estadual): Falou sobre o licenciamento ambiental, com autorização de corte de espécies em extinção e a continuidade do desmatamento. Sugeriu convite ao Estado do Paraná para esclarecer a questão do desmatamento ao CONAMA.

Tadêu Santos (ONG Sócios da Natureza): Relatou que, no início do ano, fez uma proposta ao CONAMA para a realização do seminário acerca da Lei nº 12.305/2010 sobre a reciclagem e a

logística reversa. Reforçou a ideia para que o debate seja feito no próximo ano, assim como novo Encontro Nacional de Entidades Ambientistas - ENCA. Falou que, talvez, o lixo seja o elemento mais impactante aos ecossistemas. Lembrou ainda que a educação ambiental depende da cultura de uma nação, por isso, os alertas ambientais demoram a sensibilizar as pessoas, tanto que as prefeituras ganharam um prazo a mais para erradicar os lixões. Concluiu que o caminho mais eficaz para reduzir o lixo é a reciclagem e a logística reversa. Sendo a última reunião do ano do CONAMA, reforçou a necessidade sobre o debate em torno da Política Nacional de Resíduos Sólidos e sobre as mudanças climáticas no país. Afirmou que a população não pode deixar de acreditar no licenciamento, de modo que o MMA e o CONAMA têm que discutir o licenciamento, porque o Congresso Nacional já está fazendo interferências na competência do CONAMA.

Ronaldo Vasconcelos (Ponto-Terra): Compartilhou sua crítica aos Governos, independente do partido, no que tange à questão ambiental. Há um Projeto de Lei tramitando no Estado de Minas Gerais que é muito ditatorial, remetendo vários pontos a elaboração de Decretos, retirando o poder do Conselho de Política Ambiental (COPAM). Nesse sentido, informou que 100 entidades ambientais de MG já assinaram repúdio a esse PL. A Ponto-Terra já acionou o MPF e, se preciso, a questão será judicializada. Para concluir, pontuou que no momento de em que foi votada a licença de operação para o alteamento da cava/barragem em Mariana-MG, duas entidades votaram contra, o Ministério Público Estadual e o Ponto-Terra, em outubro de 2013.

Fidelis Junior Martins da Paixão (Argonautas): Apresentou proposta de Moção sobre empreendimentos de mineração e barragens, para propor convite ao IBAMA e às Secretarias Estaduais de Meio Ambiente de Minas Gerais, Amapá e Pará para apresentação de relatórios circunstanciados sobre os empreendimentos de mineração licenciados. Apresentou preocupação com a Política Nacional de Controle de Agrotóxicos, pois o Brasil é campeão de uso no mundo, sendo que, em 2012, o consumo mais do que dobrou. O agravante é que os produtos usados no país são considerados perigosos ou muito perigosos. Citou que o Instituto Nacional de Câncer (INCA) divulgou documento pronunciando-se contra o uso de agrotóxicos no Brasil. Na mesma linha, a Organização Mundial da Saúde (OMS) divulgou recentemente que, para cada caso notificado de contaminação, 50 outros existem sem notificação. A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) fez uma fiscalização no Estado de São Paulo e 31% dos alimentos tinham agrotóxicos proibidos ou acima dos limites permitidos. Apresentou outra Moção recomendando à Secretaria de Governo da Presidência da República, ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, ao Ministério da Agricultura e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável a conclusão da tramitação e a implementação do Programa de Redução dos Agrotóxicos. E também solicitando ao IBAMA e ao MAPA a apresentação de relatório sobre os dados de fiscalização, uso e controle de produtos agroquímicos. Adicionalmente, mostrou fotos de caça de antas e solicitou a criação de um grupo de trabalho na CTBio para tratar dos direitos dos animais.

Patrícia Boson (CNT): Frisou que o acidente de Mariana é um tema complexo e a investigação provavelmente não levará a uma resposta só. Mencionou que a empresa tinha auditorias externas sobre essas barragens e afirmou sobre a falência do sistema de gestão ambiental, apontando a queda no percentual destinado ao meio ambiente no Estado de Minas Gerais, estando em 0,5% do recurso total. Como contraponto, a Secretaria de Fazenda está com 7%.

Eugênio Spengler (ABEMA): Solidarizou-se com o povo mineiro e com as comunidades afetadas no desastre de Mariana-MG. Fez uma reflexão de que é normal a consternação, mas que não se pode decidir sob o clima da paixão. O problema em MG não aponta o problema do licenciamento, mas sim sobre qualidade de projetos, de pós licenciamento e de contingência. Questionou a ausência do CREA e do DNPM, no que tange à responsabilidade de fiscalização das obras e da atuação profissional. Lembrou que trazer toda a discussão para a área ambiental é inapropriado, pois é preciso envolver todos os setores que têm responsabilidade maior ou igual em relação ao meio ambiente. Alertou ainda que um acidente desse porte pode suscitar soluções de concentração do licenciamento no órgão federal, que também não é a solução. Assim, mencionou que a responsabilidade é compartilhada e concorrente entre os três entes. Falou da necessidade de realizar uma discussão comprometida sobre o modelo de licenciamento no país, uma vez que o atual modelo é criticado por todos os setores. Nesse sentido, informou que a ABEMA apresentou proposta de revisão da Resolução CONAMA 01/86 e 237/97, frisando que, em nenhum momento será falado em flexibilização. O intuito da ABEMA é modernizar e fortalecer o licenciamento, pois esses marcos legais foram editados em 1986 e 1997, quando não havia várias informações. Solicitou que o Conselho exerça sua função, sem criticar o Parlamento que está legislando no exercício de suas funções. No CONAMA, é urgente propor o debate.

Geraldo Abreu (MG): Trouxe informações sobre o ocorrido no Estado de MG, referindo-se ao desastre em Mariana-MG: há um total de 750 barragens, sendo 500 de rejeitos de mineração. As barragens da Samarco são três: Germano, a montante das outras duas, com capacidade de armazenar 160 milhões de m³, tendo iniciado suas operações em 1975. Funcionou por 21 anos sem licença. Sua primeira licença de operação corretiva ocorreu em 1996. Em 2007, houve a revalidação. Esta licença venceu em junho de 2013. A Vale, então, entrou com o pedido de revalidação, que se encontra em análise. A mina de Germano está esgotada. A jusante de Germano, Santarém, teve a sua licença prévia (LP) em 1993, e licença de operação (LO) em 1995. É de menor porte, com a cota esgotada, com pedido de revalidação de LP e LI para alteamento. Entre essas duas, a de Fundão, teve a LP e LI emitidas em 2007 e LO emitida em 2008, com revalidação em 2013. Em 2013, quando da revalidação, o debate ocorrido no Conselho de Política Ambiental (COPAM), duas manifestações foram contrárias: Ministério Público Estadual e ONG Ponto-Terra. A licença não era de alteamento, mas de modernização e reforço. Em maio de 2015, o pedido de LP com LI para alteamento da barragem de Fundão foi submetida ao COPAM, ocasião em que houve pedido de vista e a LP e LI foram aprovadas por unanimidade, nenhuma entidade se manifestou em contrário. Os estudos seguiram as normas estabelecidas e a empresa entregou todas as análises e estudos. MG é um caso atípico em relação à União, pois a Secretaria sugere a análise da licença. Nesse caso, a equipe de 5 técnicos, mais consultor jurídico, emitiram essa análise. Não há dúvida do empenho dessas pessoas na Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMADE). A área ocupada pelas três barragens era de 850 hectares, escavada na rocha. O Estado vem buscando alternativas sobre as melhores formas de regulamentar o setor de mineração. O empreendedor deve, anualmente, entregar ao órgão estadual de meio ambiente, relatório de empresa. A Fundação Estadual do Meio Ambiente (FEAM) faz o controle dessas auditorias. Na barragem de Fundão, essa auditoria de segurança foi entregue em julho deste ano e não apontava nenhum risco. Havia algumas atividades de manutenção, mas nada que indicasse a ruptura. Não houve omissão do Estado em momento nenhum. Havia um comunicado ao DNPM de que a barragem de Germano estava em risco 1, o maior. Relatou a dificuldade de resgate de 55 pessoas ilhadas, sendo necessário esperar o dia clarear para retirá-las. Não há segurança na área, em razão do risco de rompimento da barragem de

Germano, que está tentando ser estabilizada, mas as buscas continuam e é claro que a empresa é responsável e está sendo cobrada para dar todo o apoio.

Francisco Soares (FURPA): Mencionou uma moção proposta para criar um grupo de trabalho para discutir a união do CONAMA e CNRH. Frisou que a Lei de Recursos Hídricos tem muitos anos, mas são poucos os Planos de Bacias. A criação da ANA no ano de 2000 também não conseguiu juntar a política de recursos hídricos com meio ambiente, agravado pelo fato de que ela não tem capilaridade nem representação nos Estados. Nesse sentido, reforçou a criação do grupo de trabalho, reiterando a necessidade de integrar a política de recursos hídricos com a política de meio ambiente.

Renato Lima (ANAMMA-Sul): Mencionou a inauguração da Reserva do Bujú em Curitiba, a maior UC de área urbana do Brasil. Compartilhou que, em outubro foi realizado Seminário de Resiliência, Cidades e Clima. Desse evento, resultou a Carta de Curitiba sobre Cidades e Resiliência, pedindo atenção ao MMA sobre as mais de 20 recomendações lá registradas. Informou que já acompanhou acidentes pelo mundo, pois é parte de uma equipe da ONU para resposta a desastres ambientais naturais. A análise de um evento desse porte é facilitada pela classificação e organização dos fatores relacionados. Falou que não entende que seja necessário mudar a estrutura de licenciamento, mas sim fazer os sistemas funcionarem bem e seriamente.

5. Encaminhamentos da Secretaria-Executiva do CONAMA

5.1. Informação à Plenária das matérias novas admitidas pelo CIPAM, bem como as não admitidas, conforme §5º do art.12 do Regimento Interno

Informe da Diretora do DCONAMA, Ana Lucia Dolabella sobre as matérias que passaram pela última reunião do Comitê de Integração de Políticas Ambientais (CIPAM)⁵, em 1º de outubro de 2015. Foram admitidas 5 matérias, sendo duas delas objeto de deliberação da 120ª RO, e uma não admitida por não ser atribuição do CONAMA. A proposta do Instituto Guaicuy, que trata de alterações na Resolução CONAMA nº 359/2005, está atualmente na Câmara Técnica de Qualidade Ambiental e Gestão de Resíduos e duas propostas de resolução sobre fauna estão tramitando na Câmara Técnica de Biodiversidade.

6. Apresentação à mesa de pedidos de inversão de pauta, retirada de matéria e, por escrito, de requerimentos de urgência

O Secretário Gaetani, com base no art. 18, *caput* e § 3º do Regimento Interno do CONAMA, anunciou ao Plenário o pedido de urgência do ICMBio para alteração da resolução CONAMA nº 428, de 17 de dezembro de 2010.

7. Ordem do Dia

RESOLUÇÃO

7.1. Processo nº [02000.001989/2015-99](#) - Proposta de Resolução CONAMA que altera a Resolução nº 428/2010, que dispõe sobre a autorização para o licenciamento de empreendimentos de significativo impacto ambiental que possam afetar Unidade de Conservação.

Proponente: ICMBio

Procedência: Plenária, regime de urgência.

Tramitação: Com base no Regimento Interno do Conselho (art. 18) foi apresentado requerimento de urgência (§1º) e, logo em seguida, reconhecida a relevância para apreciação do tema na reunião em curso (§3º).

O Diretor de Criação e Manejo de Unidades de Conservação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), Sérgio Brant, apresentou iniciativa do ICMBio sobre a renovação do prazo do § 2º, art. 1º, da Res. 428/10. Foi esclarecido que a caducidade dos prazos implicaria o fim dos efeitos da Resolução nas UCs que não definiram suas Zonas de Amortecimento, criando lacuna tanto para as UCs quanto para os empreendimentos, que ficariam sem parâmetros ou regras no processo de licenciamento.

Aprovado o pedido de urgência e de excepcionalidade da matéria, ela foi incluída na Ordem do Dia, sendo a minuta aprovada.

7.2. Processo nº [02000.002659/2014-30](#) – Proposta de Resolução CONAMA que altera a Resolução nº 411/2009 sobre a inspeção de indústrias madeireiras (madeira nativa).

Proponente: IBAMA e SFB

Procedência: 4ª Reunião Extraordinária da CT de Assuntos Jurídicos. Data: 19/10/15.

Tramitação: Matéria admitida na 7ª Reunião do CIPAM, realizada em 01/10/15. Pautada na 1ª Reunião Extraordinária da Câmara Técnica de Florestas e demais Formações Vegetacionais (08/10/15), foi aprovada com emendas e encaminhada à CTAJ, onde foi adequada ao formato correto para publicação e aprovada.

O Vice Presidente da CTFLO, Sr. Marcílio Caron, apresentou a matéria chamando o IBAMA, proponente da matéria, para esclarecer ao Plenário. O Sr. Sandro Freire (DBFLO/IBAMA), [apresentou a proposta](#) de revisão da Resolução e, ao final, o próprio IBAMA apresentou emenda referente à alteração do coeficiente de rendimento volumétrico para madeira serrada.

Houve pedido de vista pela CNI, MMA, IBAMA e Setor Florestal.

7.3. Processo nº [02000.002671/2014-44](#) - Proposta de Resolução CONAMA que altera a Resolução nº 269/2000, sobre uso de dispersantes químicos de óleo no mar.

Proponente: Ministério do Meio Ambiente

Procedência: 4ª Reunião Extraordinária da CT de Assuntos Jurídicos. Data: 19/10/15.

Tramitação: Matéria admitida na 7ª Reunião do CIPAM, realizada em 01/10/15. Pautada na 5ª Reunião Extraordinária da Câmara Técnica de Qualidade Ambiental (08 e 09/10/15), foi aprovada com emendas e encaminhada à CTAJ, sendo aprovada com emendas.

O Presidente da CTQAGR, Sr. Márcio Rosa, chamou o MMA [para apresentar](#) a matéria, o que foi feito pelo Sr. Robson Calixto.

Matéria aprovada.

7.4. Processo nº [02000.001818/2015-60](#) - Proposta de Resolução CONAMA que institui o calendário de Reuniões Ordinárias do CONAMA para o ano de 2016.

Proponente: Ministério do Meio Ambiente

A sociedade civil apresentou sugestão de alteração de data da 122ª Reunião Ordinária do CONAMA, em virtude da semana da Mata Atlântica. Nesse sentido, o calendário foi aprovado com a alteração da data inicialmente sugerida, para os dias 15 e 16 de junho de 2016.

Matéria aprovada com emendas.

8. Informes

8.1. [Informe](#) do MME sobre o Programa Nacional de Energia

Ministério de Minas e Energia

Paulo César Domingues, Departamento de Planejamento Energético do Ministério de Minas e Energia

8.2. [Apresentação](#) do Relatório de Pneumáticos, previsto no art. 16 da Resolução CONAMA nº 416/2009.

Gilberto Werneck (IBAMA)

8.3. [Apresentação](#) sobre reciclagem e logística reversa.

Eng. Francisco Pizzetti May

9. Encerramento

Término da reunião às 17h50.